

Instituições de Direitos Humanos no Canadá

Desde há muito tempo, o Canadá tem tido ativa participação nas Nações Unidas e na Commonwealth nas questões referentes aos direitos humanos internacionais. Somos signatários fundadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos e temos trabalhado pela realização de Acordos e Convênios que implementem os princípios da Declaração. Como todas as nações, o Canadá enfrenta diversos problemas domésticos de direitos humanos que desafiam o nosso comprometimento com os direitos humanos universais, e que continuarão a fazê-lo.

"Todo indivíduo deve ter oportunidade igual à dos outros indivíduos para conseguir para si próprio a vida para a qual tiver capacidade e desejo ter, de acordo com seus próprios deveres e obrigações como membro da sociedade"

(Trecho introdutório, Lei Canadense dos Direitos Humanos, 1977).

A Lei Canadense de Direitos Humanos e a Lei Canadense de Equidade de Emprego implementam as garantias contidas na Carta Canadense de Direitos e Liberdades. Estão concebidas para proteger os canadenses de discriminações derivadas de raça, origem nacional ou étnica, cor, religião, idade, sexo, situação dentro do matrimônio ou da família, deficiência física ou condenação por ofensa para a qual o perdão já fora concedido.

Por que duas leis? A primeira delas, aprovada em 1977, estabeleceu um procedimento baseado em queixas apresentadas, com o objetivo de que os indivíduos pudessem recorrer a ela sem ter que pagar altos custos legais. Em outras palavras, dependeria dos indivíduos tomarem a iniciativa contra a instituição. Concluímos



que isso era cada vez mais eficaz para os indivíduos mas constituía uma arma pequena e lenta contra a "discriminação sistêmica" – do tipo freqüentemente encontrado como parte da estrutura institucional. Para passar o ônus para o empregador, a fim de proteger os indivíduos da discriminação, o Parlamento canadense aprovou a Lei de Equidade de Emprego (1986). Ela exige que os empregadores apresentem relatórios sobre as práticas de emprego, como um primeiro passo para identificar e remover a discriminação sistêmica. Ela também cria uma infra-estrutura mais cooperativa para superar a injustiça inerente ou estrutural.

A Lei de Direitos Humanos

A Lei define as práticas discriminatórias e protege os cidadãos das mesmas ao tratarem com o Governo Federal e com empresas sujeitas a regulamentos federais, tais como bancos, ferrovias e companhias aéreas. Isso geralmente se refere a bens e serviços fornecidos pelo governo canadense, suas exigências e aquelas indústrias por ele regulamentadas (por exemplo, a bancária) e ao emprego em todas essas entidades.

De que forma essa Lei é aplicada? A Comissão Canadense de Direitos Humanos, criada pela própria Lei de Direitos Humanos

